

# LINGUASAGEM

## O GUARDIÃO DO DIZER “VERDADEIRO”: JORNALISMO, ARGUMENTAÇÃO E FAKE NEWS

Eduardo Santos de OLIVEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

Inscrito no quadro teórico da semântica do acontecimento – proposto por Guimarães (2002, 2013, 2018, dentre outros), no qual a argumentação não diz respeito à técnica de persuasão ou de convencimento, mas sim à sustentação de uma posição de um “eu” a um “tu”, no acontecimento de enunciação –, este trabalho tem como objetivo analisar como o jornalismo argumenta ao delimitar e decidir o que seja verdadeiro ou não. Para isso, será observada a argumentação de enunciados nos acontecimentos enunciativos, considerando-os a partir das relações políticas (e, por isso, desiguais) estabelecidas nas cenas enunciativas, e das modalizações. A análise será feita a partir de recortes do texto “News não são *fake* – e *fake news* não são *news*”, de Eugênio Bucci, publicado no livro “Pós-Verdade e *fake news*: reflexões sobre a guerra de narrativas”, uma coletânea de artigos organizado pela jornalista Mariana Barbosa.

**Palavras-chave:** Argumentação; acontecimento enunciativo; jornalismo; *fake news*.

### Abstract

Inscribed in the theoretical framework of the event's semantics – proposed by Guimarães (2002, 2013, 2018, among others), in which the argument does not concern the technique of persuasion or convincing, but rather the support of a position from a “me” to a “you”, in the enunciation event –, this work aims to analyze how journalism argues when defining and deciding what is true and what is not. For this, the argumentation of statements will be observed in enunciative events, considering them from the political relations (and, therefore unequal) established in the enunciative scenes, and the modalizations. The analysis will be made from clippings of the text “News não são *fake* – e *fake news* não são *news*”, by Eugênio Bucci, published in the book “Pós-Verdade e *fake news*: reflexões sobre a guerra de narrativas”, a collection of articles organized by journalist Mariana Barbosa.

**Keywords:** Argumentation; enunciative event; journalism; *fake news*.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp), e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UFMA). E-mail: edu.santosdeoliveira@gmail.com.

Não é de hoje que algumas instituições consolidadas têm perdido credibilidade na sociedade, sendo vistas com desconfiança, descrença e mesmo sendo deslegitimadas por figuras públicas. Isso tem acontecido com a escola, com os três poderes estatais (judiciário, legislativo e executivo) e mais recentemente com a imprensa (acusada, por figuras públicas e grupos políticos, de compartilhar *fake news*). Com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência nas eleições de 2018, além dessas instituições, outras foram alvo de descrédito e de ataques, como as evidências científicas (com o avanço da teoria sobre a “terra plana”, recusa às vacinas, entre outras) e a pesquisa acadêmica e a universidade. Uma das formas de fazer isso tem sido com a produção e compartilhamento em massa das chamadas “*fake news*”.

Quanto a isso, a imprensa tem reagido, principalmente pelo fato de esse fenômeno de produção e circulação de boatos e mentiras ser nomeado a partir do “carro chefe” do jornalismo: a notícia. Com isso, grandes empresas jornalísticas como **O Globo** e **Folha de São Paulo** têm criado mecanismos de verificação das *fake news*, para conferir se mensagens e informações compartilhadas nas redes sociais são verdadeiras ou falsas. Além disso, surgiram e se consolidaram empresas que trabalham especificamente com a checagem dessas de informações, as agências de checagem (ou *fact-checking*) como as empresas **Aos Fatos** e **Agência Lupa**, dentre outras. Em ambos os casos, trata-se de uma prática que classifica os fatos, as informações sem discussão aprofundada.

Assim, este trabalho, como parte de minha investigação de doutorado, tem como objetivo analisar como o jornalismo argumenta ao delimitar e decidir o que é verdadeiro ou não, como um lugar de verdade, de certezas. Para este momento, optei por recortes do texto “News não são fake – e fake news não são news”, de Eugênio Bucci, publicado no livro “Pós-Verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas”, uma coletânea de artigos organizado pela jornalista Mariana Barbosa. Para isso, será observada a argumentação de enunciados nos acontecimentos enunciativos – considerando-os a partir das relações políticas (e, por isso, desiguais) estabelecidas nas cenas enunciativas – e também a modalização em verbos e advérbios.

Vale ressaltar que este trabalho se inscreve dentro do grupo de pesquisa Linguagem, Enunciação e Discurso – LED (CNPq/Unicamp), que desenvolve investigações sobre a certeza como efeito de sentido na linguagem, a partir de uma

abordagem materialista, com as perspectivas da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso.

### Da enunciação à argumentação

Falar de enunciação é pensar sobre o modo pelo qual a subjetividade é produzida na linguagem, e atentar para o fato de que a produção do sentido se dá na enunciação. Conforme aponta Émile Benveniste (2005), o que se encontra na história é sempre o homem com a linguagem, sendo impossível pensar o homem sem a linguagem, ou seja, separar ambos: “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Benveniste (2006) destaca que essa relação com e pela língua é que possibilita a constituição do homem como sujeito, e isso caracteriza a subjetividade da linguagem:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. [...] O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias de enunciação. [...] Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro (BENVENISTE, 2006, pp. 84-86).

Assim, a enunciação se dá a partir do momento em que o sujeito, por um ato individual, coloca a língua em funcionamento, e coloca-se como parâmetro (“eu”, “aquele que fala”) e instala o interlocutor, o outro na linguagem. Essa subjetividade pode ser percebida, conforme Benveniste (2005, 2006), seja pelo uso dos pronomes pessoais, seja pelos marcadores dêiticos.

Na perspectiva da Semântica do Acontecimento, tal como em Benveniste (2005, 2006), a enunciação tem a ver com o modo pelo qual a subjetividade é produzida na linguagem, e diz respeito ao dizer: “[...] é o que o ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua” (GUIMARÃES, 2018 p. 14). Todavia, isso não se dá pelo ato do sujeito que se apropria da língua, mas devido ao funcionamento da língua e de sua própria sistematicidade (GUIMARÃES, 2002, 2018).

Assim, para a Semântica do Acontecimento, a enunciação não é compreendida como o funcionamento da língua a partir de um ato individual de um locutor – em que

este instaura, por (e em) sua enunciação, um antes e um depois, e instala um interlocutor, tornando-se origem do tempo e da alocação na linguagem –, mas como um acontecimento do dizer que ocorre em determinado espaço de enunciação, no qual o sujeito é agenciado em falante pelo acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002, 2018).

Segundo Guimarães (2002, 2018), o acontecimento<sup>2</sup> não deve ser tomado por uma abordagem empirista, como um fato que ocorre. Como exemplo, o autor discute sobre a colisão de um ônibus com um prédio (cuja manchete num jornal poderia ser “Ônibus colide com prédio em São Paulo”): o acontecimento não é simplesmente o acidente, mas ao que este está relacionado – se o ônibus fizesse parte de um roubo e da fuga de uma quadrilha, a colisão seria parte disso, ou se a batida fosse ocasionada por um problema na frenagem ou por desatenção, seria parte disso. “Assim, a ordem em que algo é considerado é que lhe dá o sentido de acontecimento específico” (GUIMARÃES, 2018, p. 37).

Por sua vez, o espaço de enunciação “[...] é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes” (GUIMARÃES, 2018, p. 23). Vale ressaltar que essas línguas não dizem respeito somente a idiomas como português, espanhol, francês, mas à própria divisão de uma mesma língua, que se distribui de forma díspar: não há igualdade em ser falante, pois, numa mesma língua, há diferentes maneiras de ser falante.<sup>3</sup>

O conceito de espaço de enunciação é importante para se pensar na disparidade da língua: “[...] mesmo que nele haja ‘só uma língua’, ela não é uma só, ela se divide, exatamente porque seu funcionamento está necessariamente exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência” (GUIMARÃES, 2018, p.34). Ou seja, o acesso aos modos de dizer não é homogêneo, visto que eles são distribuídos (ou negados) de forma desigual, devido ao funcionamento político das línguas. Esse funcionamento político, ao mesmo tempo em que produz um imaginário de unidade e unicidade da língua, divide-a, colocando em constante “litígio enunciativo” os falantes em determinado espaço de enunciação.

---

<sup>2</sup> O acontecimento é caracterizado por constituir sua própria temporalidade: o presente da enunciação, o passado de enunciações e o futuro, a projeção de sentidos (GUIMARÃES, 2002, 2018).

<sup>3</sup> Aqui, o falante não diz respeito a uma pessoa física, com características biológicas e psíquicas, mas a “[...] uma figura linguística constituída por essa relação de línguas, que tomam os falantes, que se distribuem desigualmente para os falantes ao constituí-los” (GUIMARÃES, 2018, p.25).

Para Guimarães (2018), o político é o conflito que instala o funcionamento da linguagem. Assim, o político

[...] se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam [...]. Por este conflito, o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2018, p.30).

Isso pode ser observado na relação de agenciamento dos falantes, a alocação: o falante é agenciado (pelo funcionamento da enunciação) em “aquele que fala (ou diz)” e em “aquele para quem se fala”, constituindo a cena enunciativa, uma especificação local do espaço de enunciação que apresenta as “[...] configurações específicas do agenciamento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p.23).

Na cena, os lugares enunciativos se dão a partir do agenciamento do falante em Locutor (L) – aquele que diz e que se apresenta como origem/fonte do dizer –, tendo como correlato o Locutário (LT), aquele a quem se diz. Todavia, não basta ao falante ser agenciado em Locutor, pois ele só enuncia a partir de um lugar social que o autoriza a dizer (o alocutor ou al-x), cujo correlato é o alocutário (at-x).

Apresentado o modo como se configura a cena enunciativa, faz-se necessário pensar no modo como se constitui o agenciamento do falante em alocutor, no “modo como, na cena enunciativa, o lugar social de alocutor apresenta e sustenta sua posição a propósito de algo”, ao que consideramos como argumentação. Da perspectiva materialista em que este trabalho se firma, entendemos a argumentação a partir de Guimarães (2013, 2018): não como uma técnica ou modo para persuadir ou convencer alguém, mas como a sustentação de uma posição, no acontecimento da enunciação, de um “eu” a um “tu”:

O que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia, o lugar que enuncia [...] sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento e uma conclusão. Ou seja, a argumentação se dá pelo engajamento de um lugar que enuncia uma relação entre X e Y enquanto uma razão (X) para uma conclusão (Y) (GUIMARÃES, 2018, p. 97).

Ora, por se dar no acontecimento de enunciação, o funcionamento da argumentação é político, e isso implica pensar nas relações díspares a partir do

agenciamento do falante na cena enunciativa, dentro do espaço de enunciação. Assim, ao ser agenciado como aquele que fala a partir de um lugar social que o autoriza a falar, o falante é constituído em alocutor e sustenta uma posição devido a isso.

A argumentação significa a sustentação do que se enuncia, produzida pela enunciação. Ela significa numa relação de alocação constituída pelo agenciamento do alocutor-x e pela instituição que este produz de seu alocutário-x. [...] Ou seja, é uma relação própria do lugar social de dizer, a propósito do que se diz (GUIMARÃES, 2018, p. 125).

Isso nos leva a desconsiderar a argumentação como uma relação veritativa ou intencional, uma vez que ela se constitui na cena enunciativa, no agenciamento do falante como alocutor-x, dizendo e sustentando algo para um alocutário-x, a partir da observação dos recortes<sup>4</sup> analisados.

### **É fake ou news?**

Historicamente, a imprensa é colocada (por teorias do jornalismo, por projetos editoriais de jornais e por jornalistas) como um lugar transparente e neutro, cujo objetivo seria levar “informações verdadeiras” ao público, de forma imparcial e objetiva. Dessas teorias, vale apontar duas que surgiram no momento em que o jornalismo se legitimava, a partir da criação de cursos de graduação e de pós-graduação na área (TRAQUINA, 2005), e que produzem efeitos até hoje: a teoria do espelho e a teoria do “*gatekeeper*”.

Segundo Traquina (2005), a teoria do espelho está ligada à própria ideologia do jornalismo, em que o jornalista (sem interesses específicos próprios) apresentaria a realidade tal como ela é, como por um espelho, transmitindo as verdades dos fatos. Conforme Traquina (2005), essa teoria apresenta dois instantes decisivos: a consolidação da separação entre a informação (“fato”) e a opinião, no final do século XIX; e o surgimento do conceito de objetividade, nas primeiras décadas do século XX. Assim, a notícia (elaborada por um jornalista profissional a partir de um método próprio) seria um reflexo da realidade. Por sua vez, na teoria do “*gatekeeper*”, o

---

<sup>4</sup> Aqui, o recorte diz respeito a “um fragmento do acontecimento de enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência (GUIMARÃES, 2011, p. 58).

jornalista atuaria de forma arbitrária, como um “porteiro” que decide se uma notícia é publicada ou não, que seleciona (ou não) uma notícia (TRAQUINA, 2005).

Assim, para investigar como o jornalismo é apresentado como esse lugar de verdade, de certeza, esse “porteiro” ou “guardião” que delimita o que seja verdadeiro ou falso, optei por analisar recortes do texto “*News não são fake – e fake news não são news*”, de Eugênio Bucci, publicado no livro “*Pós-Verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*”, uma coletânea de artigos organizada pela jornalista Mariana Barbosa, cuja temática se baseia em dois temas atuais: a pós-verdade<sup>5</sup> e as *fake news*. Ressalto que o texto analisado trata mais especificamente sobre como o jornalismo se posiciona quanto às *fake news*.

A seguir, alguns recortes para iniciar as análises:

(R1) *News não são fake – e fake news não são news.*

(R2) Se há algo que realmente preocupa na cena política de nossos dias, em que a política se afasta ainda mais da verdade factual, é o bordão de políticos autoritários ao acusar a imprensa de espalhar *fake news*.

De início, é preciso considerar o agenciamento político da enunciação, a partir do espaço de enunciação. Observa-se que a palavra “*fake news*” não tem uma tradução para o português. Ou seja, mesmo num espaço de enunciação em que o idioma português é significado como língua nacional e oficial, o inglês – colocado como uma língua franca, de comunicação global – afeta esse espaço e fornece um modelo de palavra única e/ou universal. E isso não se dá de forma acordada pelas línguas, como se houvesse uma decisão coletiva para uso de tal palavra, mas ocorre devido ao agenciamento político da enunciação – uma prática política, que divide, que distribui desigualmente esses espaços de enunciação. Ou seja, no espaço de enunciação, o político se mostra na disputa entre as línguas: mesmo que no Brasil a língua portuguesa seja a oficial, a língua inglesa compete por um lugar nesse espaço de enunciação.

Esse funcionamento do espaço de enunciação tanto faz significar outra língua dentro daquele espaço, quanto faz com essa palavra circule nesse espaço como própria de uma circulação global. Assim, os espaços se misturam e se transformam a partir de

---

<sup>5</sup> Sobre este tema, vale a pena ver “*Pós-verdade: léxico, enunciação e política*” (2018), de Mónica G. Zoppi Fontana, que faz parte do livro “*Linguagem e Significação: práticas sociais*”, volume 2, organizado por Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, Sheila Elias de Oliveira, Marlon Leal Rodrigues e Taisir Mahmudo Karim.

uma constante disputa pelo dizer e pelo modo de dizer, em que, nesse acontecimento enunciativo, prevalece e predomina o inglês, legitimado historicamente devido às questões comerciais que atravessam as questões de língua.

No enunciado do título (R1), há a produção de um sentido catafórico, uma vez que é apresentado antecipadamente, de forma condensada, o que será tratado; é ele que direciona o que será discutido. Por outro lado, todo o texto é uma reescrituração por expansão, isto é, que retoma e amplia o título, fazendo-o significar. Isso leva a entender que não se trata apenas de uma negação (“*News* não são *fake*” e “*fake news* não são *news*”), mas também de uma sustentação do que seja notícia e do que seja fake news (não é notícia). É isso que será argumentado.

Aqui, o falante (determinado a partir dessa relação política de línguas) é agenciado a enunciar, e nisso o próprio agenciamento divide aquele em Locutor (o que diz, que se apresenta como responsável pelo dizer) e em alocutor (o lugar social que autoriza, que legitima o dizer). Ou seja, não se trata de pensar na pessoa colocada como autora do texto (Eugênio Bucci), mas de pensar nos lugares enunciativos; não se leva em conta o aspecto empírico, mas o simbólico.

Assim, ao ser agenciado pelo acontecimento enunciativo e se colocar como origem do dizer, o Locutor só o faz enquanto alocutor-especialista<sup>6</sup>. Esse agenciamento do alocutor-especialista estabelece uma relação com seu correlato, um alocutário-pesquisador<sup>7</sup>. É nessa relação que pode-se observar a argumentação: do lugar social de especialista em jornalismo, sustenta aquilo que enuncia (a sua posição com relação à diferenciação entre *news* e *fake news*) a um outro lugar social – do alocutor-especialista ao alocutário-pesquisador.

No recorte 2, é possível fazer as seguintes paráfrases:

- a) Sabe-se que uma preocupação na atual cena política diz respeito ao bordão de políticos autoritários que acusam a imprensa de espalhar fake news.

---

<sup>6</sup> Eugênio Bucci é apresentado como jornalista, escritor, professor-titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e colunista do jornal O Estado de São Paulo. Para efeito desta análise, considera-se que esses lugares sociais de dizer sejam resumidos em um lugar social de especialista em jornalismo, ou alocutor-especialista. Não se trata de um alocutor que exerce a prática do jornalismo, mas de um que reflete sobre o jornalismo e sua prática, de um teórico que estuda sobre isso – um especialista na teorização e reflexão do jornalismo e de sua práxis.

<sup>7</sup> É possível pensar que, para além de um leitor “desinteressado” e que apenas quer conhecer mais sobre o assunto, o livro é voltado para aqueles que pesquisam sobre o tema e que têm neste seus objetos de investigação. Dessa forma, optou-se por definir esse lugar social como pesquisador.



b) Eu digo que, verdadeiramente [Eu sei que], uma preocupação na atual cena política diz respeito ao bordão de políticos autoritários que acusam a imprensa de espalhar fake news.

Isso leva a considerar que, na cena enunciativa do recorte 2, há dois enunciadores: em (a), um enunciador universal; em (b), um enunciador individual. Com essas paráfrases, é possível considerar o agenciamento político no enunciado, que ora apresenta um lugar de dizer universal (que se baseia numa objetividade da descrição do enunciado), ora apresenta um lugar de dizer individual – que dá continuidade ao enunciador universal, mas que o faz por uma avaliação (por meio do advérbio), expressando um caráter epistêmico sobre o enunciado.

Ainda nesse mesmo recorte, observa-se que o advérbio “realmente” marca uma modalização, isto é, uma colocação de um ponto de vista, um posicionamento do alocutor-especialista. Ou seja, por meio de um modalizador asseverativo (o advérbio “realmente”), o alocutor-especialista se posiciona quanto ao que diz, de forma que isso reforça, enfatiza o enunciado, uma vez que este é sustentado como verdadeiro. Dessa forma, os enunciadores e a modalização por meio do advérbio asseguram a perspectiva, o posicionamento assumido pelo alocutor-especialista: o fato de a imprensa ser acusada (por “políticos autoritários”) de divulgar fake news é uma preocupação atual.

O mote da discussão – a distinção entre notícia e fake news – é destacada no recorte a seguir:

R3(a) As notícias apuradas, editadas e veiculadas pelas redações profissionais podem, claro, conter informações incorretas e ideias absurdas. (b) Podem mesmo trazer acusações falsas, difundir discursos de ódio e alastrar preconceitos. (c) Podem ser mal-intencionadas ou simplesmente irresponsáveis. (d) Mas notícias de jornal, ou, para usar o termo em inglês, as news, são verdadeiramente geradas por jornalistas que trabalham para um órgão de imprensa com todos os registros legais, com endereço certo e sabido e com editores passíveis de serem acionados caso faltem com a verdade. (e) As notícias produzidas pelas redações profissionais podem ser mentirosas – e lamentavelmente isso acontece muito –, mas não são fake.

Em (R3), o alocutor-especialista apresenta a primeira distinção entre *fake news* e notícia. Para isso, ele enumera três argumentos que apresentam algumas características semelhantes entre ambas, e um quarto (e decisivo) argumento, que faz a separação entre o “trigo e o joio”. Vejamos com as seguintes paráfrases:

- 1) Evidentemente é possível que as notícias apuradas, editadas e veiculadas pelas redações profissionais contenham informações corretas e ideias absurdas.
- 2) Realmente é possível que essas notícias façam acusações falsas, divulguem discursos de ódio e alastrem preconceitos.
- 3) Possivelmente essas notícias sejam mal-intencionadas ou simplesmente irresponsáveis.
- 4) As notícias são verdadeiramente produzidas por jornalistas que trabalham em empresas com dados públicos e responsáveis legalmente pelo que divulgam.

Repare que em (1), (2) e (3) há uma modalização que avalia as condições de verdade dos enunciados, uma modalização que apresenta um posicionamento do alocutor-especialista por meio do verbo auxiliar “poder”, e que baliza a compreensão que será feita pelo alocutário. Para além de um auxílio ao verbo principal ou mesmo de indicar o modo como a ação verbal ocorre, o verbo “poder” indica a atitude do alocutor quanto ao enunciado, indica um funcionamento argumentativo. Com essa modalização, o alocutor inscreve marcas de suposição, de possibilidade: não nega e não confirma que as notícias apresentem características que estariam presentes nas *fake news* (acusações falsas, preconceitos, discursos de ódio etc.), como forma de não se comprometer com aquilo que diz, atenuando o enunciado.

A diferença entre elas é que em (1) e (2) há uma marca de compromisso do alocutor quanto ao que diz: os advérbios “claro” e “mesmo”, que apontam para uma veracidade do enunciado, da possibilidade, da hipótese de as notícias apresentarem características similares às das *fake news*. Por sua vez, em (3), além de indicar a possibilidade mas sem uma responsabilidade quanto ao caráter epistêmico do enunciado, o alocutor qualifica e ameniza a última característica, ao usar o advérbio “simplesmente” – como se o fato de uma notícia ser irresponsável não fosse um problema.

Por outro lado, em (4), o alocutor não mais apresenta marcas de possibilidade (o verbo “poder”), e se posiciona de forma a sustentar a veracidade daquilo que diz: ao usar o modalizador asseverativo “verdadeiramente”, o alocutor-especialista se compromete com esse enunciado, sem deixar dúvidas quanto à necessidade epistêmica do enunciado, enfatizando-o.

Vale observar que (1) e (2) apresentam um enunciador individual e (3) apresenta um enunciador genérico, mas é em (4), um enunciador universal, que o alocutor-especialista se identifica e assume sua posição. Isso se dá pela orientação argumentativa do “mas”, que produz um direcionamento diferente dos três argumentos anteriores, e pelo advérbio “verdadeiramente”, que enfatiza o caráter epistêmico do enunciado. Ou seja, não é a observação circunstancial a partir de um lugar individual ou um de um lugar em que todos falam (ou sabem), mas de um lugar que diz algo como verdadeiro, de forma incontestável.

Desse modo, a argumentação do alocutor-especialista minimiza os problemas que podem ser causados por notícias que divulguem informações incorretas, preconceitos, acusações falsas, discursos de ódio; e desconsidera os efeitos de notícias mal-intencionadas e irresponsáveis. Não há uma crítica quanto a isso, apenas uma constatação da possibilidade de esses problemas acontecerem. O que sustenta o caráter da credibilidade e veracidade da notícia é que ela é produzida numa empresa com endereço público e que ela está dentro de uma regulação jurídica. Em última instância, o que vale é o aspecto da legalidade jurídica, a evocação de um aparato legal que regula a notícia – podendo até mesmo produzir sanções sobre ela, caso seja requerido.

Esse primeiro momento de distinção, em que o alocutor diz o que é a notícia, é finalizado com a apresentação de mais uma característica da notícia, no seguinte enunciado:

(e) As notícias produzidas pelas redações profissionais podem ser mentirosas – e lamentavelmente isso acontece muito –, mas não são fake.

De início, é possível observar que o alocutor, mais uma vez com o modalizador “poder”, apresenta marcas hipotéticas, de que haja a possibilidade de as notícias serem mentirosas. A diferença aqui para os enunciados anteriores diz respeito à modalização: com o advérbio “lamentavelmente”, o alocutor não sustenta a validade epistêmica do enunciado, mas se posiciona quanto à enunciação. Ou seja, não é uma modalização do

enunciado, mas da enunciação: o alocutor se posiciona ao alocutário quanto ao dizer, rejeitando, lamentando (mas reconhecendo) o fato de as notícias serem, em muitas vezes, mentirosas.

Todavia, com a conjunção “mas”, o alocutor direciona sua conclusão para algo diferente de “as notícias são mentirosas, logo, são *fake*”. Assim, mesmo havendo a possibilidade (ou a ocorrência) de casos em que as notícias sejam mentirosas, isso não as torna *fakes* – isso será justificado pelo alocutor no recorte 4. Antes disso, podemos fazer as seguintes paráfrases do enunciado (e):

- (1) É possível que as notícias produzidas pelas redações profissionais sejam mentirosas.
- (2) Eu lamento que isso (as notícias poderem ser mentirosas) aconteça muito.
- (3) Sabe-se que elas podem ser mentirosas, mas não são *fake*.

Assim, (1) apresenta um enunciador genérico, que estabelece a possibilidade de notícias serem mentirosas. Por sua vez, em (2) temos a perspectiva de um enunciador individual, que assume não a possibilidade de as notícias serem mentirosas, mas a ocorrência disso em muitos casos, e isso provoca no alocutor uma reação de desagrado, de insatisfação, de reprovação. Por outro lado, (3) apresenta um enunciador universal, que não avalia a possibilidade e/ou a ocorrência da notícia como mentirosa, mas que aponta para a sustentação de que as notícias não são *fake* – mesmo que elas sejam mentirosas. Essa sustentação vai ser efetivada ao se observar o recorte 4:

(R4) (a) As *fake news* – que agora vitimam o debate público no mundo todo como um vírus que inverte os vetores dos processos decisórios democráticos – constituem outra modalidade de mentira. Incrível como até agora essa noção não foi assimilada. (b) Nas *fake news*, a primeira fraude se refere à natureza daquele relato. Antes de dizer uma verdade ou uma mentira, as *fake news* falsificam sua condição: apresentam-se como enunciados produzidos por uma redação profissional, mas não são isso. As *fake news* simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e o cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa. Elas se fazem passar por jornalismo sem ser jornalismo. São *news* falsificadas,

mais ou menos como existem as notas de dólar falsificadas. (c) A sua origem é desconhecida. Impossível encontrar o autor. Impossível ter com quem reclamar sobre seu conteúdo.

De início, é preciso fazer paráfrases para entendermos melhor como o alocutor sustenta sua posição:

- (1) A notícia que mente constitui uma modalidade de mentira.
- (2) As *fake news* constituem outra modalidade de mentira.

Assim, a partir da continuação do enunciado anterior (R3e) e de que as *fake news* sejam outro tipo de mentira, o alocutor mobiliza um determinante remissivo (“outra”), que retoma o enunciado (e) por meio de uma comparação: se as *fake news* constituem outra modalidade de mentira”, é porque há uma modalidade de mentira (as notícias). Assim, o alocutor argumenta que há um tipo de modalidade de mentira na notícia jornalística, mas que ela não é a mesma da modalidade de mentira encontrada nas *fake news*. Entretanto, como será visto a seguir, a argumentação não é finalizada com essa determinação remissiva. Vejamos enunciado (b):

(b) Nas *fake news*, a primeira fraude se refere à natureza daquele relato. Antes de dizer uma verdade ou uma mentira, as *fake news* falsificam sua condição: apresentam-se como enunciados produzidos por uma redação profissional, mas não são isso. As *fake news* simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e o cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa. Elas se fazem passar por jornalismo sem ser jornalismo. São *news* falsificadas, mais ou menos como existem as notas de dólar falsificadas.

O alocutor-especialista apresenta seu posicionamento ressaltando o primeiro caráter fraudulento, desonesto das *fake news*: apresentarem-se com a forma de notícia, com uma linguagem própria do jornalismo (inclusive com jargões e cacoetes da profissão), mas não serem produzidas por profissionais do jornalismo. Assim, por mais que simulem, por mais que se passem por jornalismo, as *fake news* não são “notícias” porque não são produzidas por profissionais do jornalismo.

No enunciado (c), apresenta-se a segunda característica de fraude das *fake news*: um lugar de autoria conhecido (e reconhecido). Aqui, tal como no recorte 3, retoma-se o aspecto legal da notícia (o não anonimato), que possibilita sua regulação e a possibilidade de questionar o seu conteúdo. Com isso, podemos sintetizar que em sua argumentação, o alocutor-especialista reivindica a notícia como exclusividade dos profissionais de jornalismo.

### Considerações

Pensar em enunciação é pensar em sujeitos constituídos a partir da história e de sua materialidade, considerando sempre os lugares sociais de onde falam e o agenciamento político da língua, que distribui desigualmente esses lugares. Considerar a enunciação é colocar como o falante é agenciado (ou não) e como isso significa, como o falante é inscrito nas relações de linguagem, sem desconsiderar a relação com o real e com a história.

Aqui, o acontecimento não é um fato no mundo, um instante no qual algo ocorre, um evento, mas é a própria enunciação, sempre considerada a partir daquilo que já fora dito (o memorável de enunciações), que faz significar o presente da enunciação e que possibilita a projeção da interpretação futura. É acontecimento porque instala sua própria temporalidade: em um presente da enunciação, constitui a história de enunciações (o que fora dito, o passado) e projeta uma futuridade de interpretação para o enunciado em questão. É esse movimento do acontecimento que produz os sentidos dos enunciados.

A partir das análises, observou-se que o “verdadeiro” é um dizer legitimado e sustentado como padrão e, por isso, tem validade, uma vez que há procedimentos que o permitem ser feito de uma forma e não de outra. Por outro lado, aquilo que “escapa” dessa forma não é permitido, não é posto em xeque, nem desqualificado e nem considerado inaceitável. Esses procedimentos ao mesmo tempo em que sustentam o que pode ser dito e como deve dito, delimitam o que não pode e como não se pode dizê-lo. O óbvio que não é tão óbvio.

Para Bucci, ainda que as notícias divulgadas pela imprensa possam “conter informações incorretas”, “ideias absurdas”, “trazer acusações falsas”, “ser mal-intencionadas”, “mentirosas” etc., essas notícias não podem ser consideradas *fake news*, pois são produzidas por profissionais do jornalismo, reguladas e afirmadas a partir de

aparato jurídico ao qual estão submetidos; é isso que lhes garante o caráter “verdadeiro”. Ou seja, é como se o “estrago” feito por empresas de jornalismo (como quando defenderam o golpe militar de 1964 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016; na defesa da privatização, da precarização do trabalho e da reforma da previdência no Brasil; no apoio à invasão dos EUA aos países árabes; na divulgação de notícias falsas sobre Cuba e Venezuela etc.) fosse apagado ou não tivesse tantos efeitos quanto o compartilhamento das chamadas “fake news” – que não são produzidas pela imprensa.

Assim, para além de pensar as fake news como um problema a ser resolvido, não seria o momento de olhar para o que elas provocam (uma ruptura da transmissão do “mesmo”, do inquestionável)? Não seriam elas um gesto de colocar o padrão jornalístico como aquele que não mais dá conta de sustentar o “verdadeiro”, a objetividade, o “espelhamento” do real?

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émille. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émille. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2006.

BUCCI, Eugênio. *News não são fake – e fake news não são news*. In: **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. BARBOSA, Mariana (Org.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, pp. 37-48.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005. 1v.

ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela. Pós-verdade: léxico, enunciação e política. In: RODRIGUES, Rosimar Regina *et al.* **Linguagem e Significação**: práticas sociais. Campinas, SP: Pontes, 2018, pp. 131-166. 2v.

Submetido em: 16/02/2020.

Aprovado em: 16/06/2020.

**Como referenciar este artigo:**

OLIVEIRA, Eduardo Santos de. O guardião do dizer “verdadeiro”: jornalismo, argumentação e fake news. **revista Linguagem**, São Carlos, v.34, Número Temático, jan./jun. 2020, p. 74-89.